



**O Congresso da UNE de 1979:  
segundo os documentos do aparato repressivo brasileiro.**<sup>1</sup>

Pedro Ernesto Fagundes<sup>2</sup>

Na segunda metade da década de 1970, apesar do clima político ainda marcado pela repressão e monitoramento, os militantes estudantis conseguiram organizar/reorganizar inúmeras entidades gerais, com destaque para as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e os DCEs (Diretório Central de Estudantes) nos mais diversos estados do país. Portanto, em nossa opinião, dentre todas essas mobilizações, a realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em maio de 1979, na cidade de Salvador (BA), não foi simplesmente o início de um processo de retomada do Movimento Estudantil (ME) brasileiro: esse evento foi o ponto culminante de uma longa jornada de acúmulos políticos e organizativos dos militantes estudantis. Sobre esse ponto gostaria de destacar o fato do ME não ter simplesmente “deixado existir” durante o período entre 1968 e 1979, fato, esse, que foi confirmado por trabalhos recentes de outros pesquisadores da temática.<sup>3</sup>

O ME manteve sua atuação mesmo num contexto marcado, entre outras situações: pela perseguição constata a sua entidade máxima; das prisões de dirigentes e militantes; da ameaça de tortura; dos casos de mortos e desaparecidos. Assim, o movimento estudantil, enquanto segmento da movimentação social, manteve suas atividades mesmo porque as demandas específicas dos estudantes continuaram existindo e, dessa maneira, exigindo respostas dos representantes do Governo, sobretudo, no plano federal. Os jovens, daquilo que podemos denominar "geração da década de 1970", mesmo que pacificamente, continuaram apresentado suas necessidades e carências para os governantes. Basta recordar que no campo educacional o volume das reivindicações sofreu um expressivo crescimento isso porque, com a chamada Reforma Universitária e

---

<sup>1</sup>Essa pesquisa contou com apoio da CNPQ através do Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014.

<sup>2</sup> Doutor em História Social (UFRJ); professor da UFES; coordenador da Comissão da Verdade da UFES. Membro da Comissão de Altos estudos do Projeto Memória Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985).

<sup>3</sup> Para saber mais, ver os trabalhos de: ARAUJO (2007), CANCIAN (2010) e MULLER (2010).

o surgimento de novos *campus* universitários, obviamente, também cresceram as mobilizações em torno de reivindicações com relação à infraestrutura física (bibliotecas, restaurantes, salas de aula, etc.) e sobre o aumento da oferta de disciplinas através da contratação de novos professores, técnicos e demais funcionários da área administrativa.

Nesse sentido, no quadro político da segunda metade da década de 1970, o Congresso da UNE teve um peso político ampliado, principalmente, por conta do destaque do ME durante as mobilizações em torno das chamadas “Liberdades Democráticas”. Naquele contexto, os militantes estudantis formaram a mais importante frente de resistência política, inclusive, sendo o segmento que pressionou de forma mais intensa os limites da chamada “Abertura Política”.<sup>4</sup> Entre 1977, data do III ENE na PUC/SP que articulou a formação da chamada Comissão Pró-UNE (CPUne), até efetivamente a abertura do congresso de Salvador, os militantes estudantis acumularam inúmeras vitórias políticas.

Uma prova da importância do evento foi o espaço que seus preparativos ocuparam tanto na imprensa quanto nos documentos da repressão. A mobilização dos delegados, a abertura, os debates e as deliberações do evento estiveram presentes nas páginas dos principais veículos de comunicação do país. Por exemplo, na cobertura do jornal O Globo, de 28 de maio de 1979, o destaque foi a matéria intitulada: *Polícia não encontra tóxicos com cariocas*.<sup>5</sup> Segundo a reportagem do matutino, a delegação de estudantes do estado do Rio de Janeiro – cerca de 400 pessoas – foi interceptada por um grupo de seis (06) agentes do Departamento de Política e Polícia Social (DPPS). Os estudantes ficaram detidos durante aproximadamente cinco horas no posto da Polícia Rodoviária Federal, na altura do município de Além Paraíba, próximo da divisa entre Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG).

A ação foi realizada durante o fim de semana e, segundo o jornal, teve como objetivo “proceder uma intensa busca” em ônibus, *kombis* e demais veículos que rumavam para Salvador (BA). Os agentes classificaram como rotineira a denominada “operação de busca de tóxicos” e a justificativa para deter os estudantes por tantas horas

---

<sup>4</sup> GRECO, Heloisa Amélia. GRECO, Heloisa. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

<sup>5</sup> O Globo, 28 de maio de 1979, pp. 07. Acervo Digital do jornal O Globo. (<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/navegacaoPorData=197019790528>).



foi averiguar uma “denúncia anônima” sobre a “existência de tóxicos entre os estudantes”.

Ainda segundo a reportagem, as medidas não tiveram “natureza política”. Um integrante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do estado do Rio de Janeiro (DCE/UERJ), não identificado na matéria, protestou contra a atitude contraditória, pois segundo dirigente estudantil o “... Governo permite a reunião e a polícia teima em fazer intimidações”.

Considerando somente o destaque dado pela imprensa ao evento, poderíamos apontar o sucesso do Congresso da UNE de 1979. Contudo, outra fonte para verificar as repercussões das mobilizações em torno do evento são os documentos produzidos por diversos órgãos de repressão do país. Nesses relatórios os agentes da repressão, como verdadeiras “testemunhas oculares da História”, registraram de forma minuciosa todos os acontecimentos que envolveram o encontro na capital Baiana. Entre esses relatos podemos citar um documento produzido no Serviço Nacional de Informação, Agência do Rio de Janeiro (ARJ/SNI) intitulado Informação nº 081/119/ARJ/79, datado de 05 de junho de 1979, que apresentou um histórico das atividades das entidades estudantis no estado do Rio de Janeiro. Entre outros temas, o documento tratava das mobilizações das bancadas dos estudantes fluminenses e capixabas que participaram do Congresso da UNE, em Salvador.

A Informação nº 081/119/ARJ/79 relatava que 400 estudantes, de “12 unidades de Ensino Universitário”, deslocaram-se para a capital baiana em ônibus das empresas de turismo Três Irmãos e Cruzeiro do Sul. A concentração dos delegados do Rio de Janeiro ocorreu no dia 27 de abril, na Universidade Santa Úrsula. O documento apresenta ainda uma relação dos principais dirigentes estudantis do Rio de Janeiro que seguiram para Salvador.

Os detalhes sobre os ônibus que transportaram os delegados do Rio de Janeiro para o Congresso foram apresentados pelos agentes Edson Lauro e Barreira, da Seção de Buscas Ostensivas da Delegacia Geral de Investigações Especiais (SBO/DGIE), da data de 27 de maio de 1979, o documento relata que às oito horas e trinta minutos, cerca de 200 estudantes rumaram de ônibus para Salvador. Além de registrarem as empresas de ônibus, os agentes anotaram as placas dos veículos: Turismo Cruzeiro do Sul, placa KJ 1667 nº de ordem 410; Turismo Três Amigos, placa KV 1687 nº de ordem 590;



Turismo Cruzeiro do Sul, placa XN 0840 n° de ordem 476; Safari Tour, placa XN 3183 n° de ordem 86.

O mesmo documento da ARJ/SNI informa que do Espírito Santo partiu uma bancada de “cerca de 108 estudantes” em ônibus da empresa Marapé Turismo. Também são listados os nomes dos principais militantes do ME capixaba – em sua maioria membros da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (DCE/UFES) – e uma relação de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que teriam apoiado a viagem dos estudantes. O órgão de informação analisa, também, a repercussão das mobilizações em torno do congresso da UNE como um fator de articulação do ME, principalmente, entre a imprensa e outras organizações dos movimentos sociais. Assim, para os agentes da ARJ/SNI esse evento “... teve ampla receptividade no setor estudantil da área e junto a diversos outros segmentos da Sociedade”.

O monitoramento das mobilizações em torno do congresso de Salvador despertou a atenção de outros órgãos de informação. Como a Superintendência Regional da Polícia Federal de Minas Gerais que elaborou, em 25 de maio de 1979, o Informe N° 433/79-SI/SR/DPF/MG que registrou uma Assembleia de estudantes da UFMG, em 24 de maio, com objetivo de escolher os delegados da universidade no congresso da UNE.

Foi realizada uma assembleia no dia 24.05.79, as 12:30 horas, no DA/Medicina/UFMG, que contou com cerca de 300 estudantes, para a escolha, por votação, dos delegados da área de saúde da UFMG, que irão a SALVADOR/BA, para o Congresso da UNE, numa proporção de um delegado para cada 500 estudantes.<sup>6</sup>

A Superintendência Regional da Polícia Federal de Minas Gerais elaborou outro relatório de 12 páginas sobre o congresso da UNE, com especial atenção para a participação da delegação mineira no evento. O Informe N° 488/79-SI/SR/DPF/MG foi produzido pelo Serviço de Informação e é datado de 06 de junho de 1979. Segundo o informe a maioria dos estudantes de Minas Gerais deslocou-se para Salvador em ônibus regulares das empresas Gontijo e São Geraldo. Aproximadamente 100 estudantes mineiros foram recebidos na rodoviária de Salvador pelos estudantes Luiza Ribeiro,

---

<sup>6</sup> Informe N° 433/79-SI/SR/DPF/MG, folha 1 Acervo Serviço Nacional de Informação. Arquivo Nacional.



Francisco Teixeira e Ita Menezes, todos graduandos da UFBA. A maioria dos componentes da delegação de estudantes de MG ficou alojada no prédio da Escola de Arquitetura da UFBA.

As mobilizações dos estudantes do estado do Pará foram acompanhadas pela Agência Belém do Serviço Nacional de Informação (ABE/SNI). Através da Informação Nº 0433/116/ABE/79, de 07 de junho de 1979, denominada “Atuação da Delegação Paraense no Congresso da UNE” os agentes da repressão informam que cerca de 80 estudantes rumaram para Salvador. Os delegados paraenses representavam estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), do centro de Estudos Superiores do estado do Pará (CESEP) e da Faculdades Integradas Colégio Moderno (FECOM).

O documento apresenta os nomes dos principais militantes estudantis das três instituições de ensino superior. Outro dado levantado foi a adesão da delegação paraense as principais tendências do ME brasileiro. Essa divisão, segundo o documento da ABE/SNI, foi o fator principal para a pouca intervenção dos delegados paraenses no debates do congresso de Salvador. O motivo das disputas entre os representantes das tendências estudantis era a indicação da diretoria da Região-Norte na diretoria da UNE.

Apesar das divergências sobre o número total de participantes – os números apresentados variavam entre 5 a 10 mil presentes no centro de Convenções de Salvador – o Congresso da UNE de 1979 foi o evento político mais importante do primeiro semestre daquele ano. Sobre os trabalhos do Congresso da Une foram produzidos e difundidos relatórios pelas diversas Agências Regionais e pela Agência Central do SNI. Tais documentos apresentam informações detalhadas sobre: a formação da mesa de abertura, dos discursos, dos jornais e manifestos que circularam, a composição das correntes políticas, enfim, todos os eventos que marcaram o Congresso da UNE de 1979. Estão presentes também informações a respeito da amplitude de entidades, organizações e forças políticas que estiveram presentes ou enviaram representantes na mesa de abertura do congresso.

No presente, através do acesso aos documentos da repressão, é possível constatar que no Congresso da UNE reuniram-se sindicalistas, políticos da oposição, representantes da imprensa alternativa, da OAB, da AIB e, principalmente, dezenas de representantes de Comitês da Anistia de todo o país.

No exato momento que os mais diversos segmentos da sociedade civil organizada iniciavam suas articulações, depois de quase quinze anos de uma intensa repressão, o movimento estudantil, através da UNE, ocupava o posto de mais estruturada, articulada e mais importante segmento da resistência política a ditadura. Nesse momento, acreditamos ser importante explicar os traços que marcariam o conceito de resistência política. Inicialmente, para debater esse conceito, seria importante apresentar a seguinte citação:

Ao falar substantivamente *do* político, qualifico desse modo, tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício *da* política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidário pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições. (ROSAVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010, pg. 73).

Assim, podemos afirmar que, em primeiro lugar, o que caracterizou a resistência política do ME foi a permanente postura das entidades na defesa e ampliação dos espaços de atuação política. Haja vista, que as principais reivindicações do ME giravam em torno da retomada da rotina democrática, como, por exemplo, a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a liberdade para os presos políticos, o retorno dos exilados, a permissão para organizar e reorganizar entidades do movimento social.

Nesse momento foram as entidades estudantis lideraram a ofensiva democrática, ou seja, suas bandeiras gerais estavam ligadas as reivindicações nitidamente comprometidas com as chamadas “Liberdades Democráticas”. Em contrapartida o governo militar respondia na prática com medidas autoritárias, tais como: pacote de Abril, senadores biônicos, proibição do III ENE em Belo Horizonte (MG), invasão da PUC/SP e monitoramento e perseguição ao ME. Portanto, é impossível descolar as atividades do ME em torno da reorganização das suas entidades gerais, das mobilizações a favor da Anistia. Se na teoria o governo do General Geisel acenou com a “Abertura” na prática, foi a resistência política dos militantes estudantis que pressionou o debate sobre a redemocratização. Através das mobilizações em torno da Anistia, o ME resgatou sua legitimidade política.

Nesse sentido, a resistência que, anteriormente, era vista como ilegal e clandestina a partir das atividades em torno das “Liberdades Democráticas” adquiriu um caráter legal e público. A palavra de ordem “Democracia” unificou os militantes sociais e respaldou a atuação das entidades estudantis. Se, por lado, estavam no horizonte imediato das mobilizações de massa a reorganização da UNE e a Anistia, por outro lado também fazia parte da pauta política a reconquista plena dos direitos políticos e da cidadania.

Nesse novo cenário eram os estudantes que reivindicavam a reconstitucionalização do país. Assim, dez anos depois das manifestações de 1968, que contaram com a participação de organizações e grupos que defendiam a luta armada e, portanto, apresentavam palavras de ordem como “só o povo armado derruba a ditadura”, a situação no final da década de 1970 era diferente. Isso porque os estudantes retomaram o discurso da democracia e da legalidade que passou a compor o eixo central da bandeira das “Liberdades Democráticas”. Repito: a Democracia foi o conceito, o valor e a prática – via ação política – que serviu para unificar inúmeros setores da sociedade civil em torno desse ideal.

Com a adoção desse discurso, a UNE ampliou seu campo de ação política a se transformar no mais importante seguimento da resistência política em defesa da redemocratização do Brasil. Obviamente, o crescimento das universidades – públicas e privadas – contribuiu para o aumento dos universitários e foi um fator que colaborou para a ampliação do número de novos militantes estudantis. Nesse quadro, o ME se apropriou do discurso democrático e transformou a bandeira das “Liberdades Democráticas” num elemento de coesão dos movimentos sociais brasileiros. A partir da apropriação do discurso democrático e da prática da resistência política, sobretudo na segunda metade da década de 1970, o ME conseguiu se aproximar e passou a contar com o apoio dos setores como a Igreja Progressista, do “Novo Sindicalismo”, do MDB e da imprensa alternativa que em seu conjunto esses seguimentos passaram a apoiar e a referendar as propostas dos militantes estudantis como, por exemplo, nas atividades de reorganização da UNE. É assim que a CP-UNE pode apresentar suas propostas em diversos atos e eventos organizados por outros seguimentos do movimento social.

No quadro das disputas políticas gerais da época, houve um protagonismo do ME graças, sobretudo, ao discurso em defesa da democracia que passou a pautar as



atividades estudantis. Durante os embates entre o Projeto de Abertura do Governo Militar e o processo que culminou nas mobilizações em torno da Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, o seguimento da sociedade que atuou mais intensamente foi o movimento estudantil. O discurso das “Liberdades Democráticas” foi encampado pelos estudantes que romperam com os limites planejados inicialmente pelos militares. Podemos dizer que as organizações estudantis conseguiram enquadrar o discurso democrático em sua prática política. Igualmente, podemos afirmar que as mobilizações em torno da Anistia foram também um espaço de rearticulação das organizações políticas e de reafirmação dos ideais democráticos. Naquele momento, coube a UNE – pela sua história marcada pela atuação permanente em defesa da Democracia – assumir a dianteira da resistência política contra a ditadura.

No cenário político da chamada “Abertura política”, foi a partir da resistência política e da recomposição de seus espaços de atuação que essa nova geração de militantes estudantis transformou-se numa força indispensável para a redemocratização do Brasil, principalmente porque, durante essa “ofensiva democrática”, conseguiu impor duas derrotas contra o regime militar e seu processo de “Abertura controlada”: a primeira foi a reorganização da UNE e a segunda foi transformar as atividades em torno da Anistia em mobilizações de massa.





### **Referências:**

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis:** da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumare: Fundação Roberto Marinho, 2007.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política:** o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar), 2010.

GRECO, Heloísa. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. **Tese** apresentada ao Curso de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE á cena publica (1969-1979)*. 2010. **Tese** (Doutorado) Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo. 2010.



ROSAVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.